



DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-57652025v30id288007>

CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO EM NUTRIÇÃO EM SAÚDE COLETIVA: UM ESTUDO QUALITATIVO EM SERGIPE

Contributions to training in Nutrition in Public Health: a qualitative study in Sergipe

Contribuciones a la formación em Nutrición em Salud Pública: um estudio cualitativo em Sergipe

Marília Prudente Freire Lessa¹

Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-1748-7008>

E-mail: marifreirenutri@gmail.com

Clara Cecília Ribeiro de Sá²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7263-799X>

E-mail: cceciliaasa@gmail.com

Andhressa Araújo Fagundes³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4085-3270>

E-mail: andhressa@academico.ufs.br

Resumo: A formação do nutricionista tem sido pauta de estudos, objetivando entender como o processo de ensino tem atendido a necessidade da população, visto que o processo de formação de profissionais da saúde sofreu forte influência do modelo de formação centrado no corpo doente. Esse estudo teve como objetivo analisar a formação em Nutrição das Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de Sergipe na perspectiva da atuação em Saúde Coletiva, por meio de método qualitativo. Foram convidados coordenadores, docentes e preceptores de estágio das seis instituições ativas com formação em Nutrição no estado de Sergipe. Foi utilizada a plataforma *Google Forms* com instrumento elaborado especificamente para fins desse estudo. Para a análise dos dados de caracterização da amostra, utilizou-se o SPSS versão 26 e análise de conteúdo para as informações subjetivas advindas das perguntas abertas. Participaram da pesquisa nove atores de cinco IES. A análise indicou que a baixa carga horária disponível para as disciplinas que envolvem a Saúde Coletiva é um desafio para a formação, assim como a falta de apoio institucional para o desenvolvimento das atividades extramuros. Observou-se que os discentes das IES privadas têm contato mais precoce com as disciplinas de Saúde Coletiva. A percepção dos participantes de que a formação em nutrição ainda é pautada no modelo biológico versou de “importante” à “reducionista”, comprovando a complexidade desse entendimento e a demanda de ações que

¹ Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe (SE), Brasil.

² Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe (SE), Brasil.

³ Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, Sergipe (SE), Brasil.

consigam esclarecer melhor essa temática, sob pena de uma formação com visão reducionista e reflexão pouca crítica frente aos desafios contemporâneos.

Palavras-chave: educação; nutricionista; saúde pública.

Abstract: The training of nutritionists has been the subject of studies, aiming to understand how the teaching process has met the needs of the population, given that the training process of health professionals has been strongly influenced by the training model centered on the sick body. This study aimed to analyze training in Nutrition at Higher Education Institutions (HEIs) in the state of Sergipe from the perspective of performance in Public Health, using a qualitative method. Coordinators, teachers and internship preceptors from the six active institutions offering training in Nutrition in the state of Sergipe were invited. The Google Forms platform was used with an instrument specifically designed for the purposes of this study. To analyze the sample characterization data, SPSS version 26 was used and content analysis was used for the subjective information arising from the open questions. Nine actors from five HEIs participated in the research. The analysis indicated that the low workload available for disciplines involving Public Health is a challenge for training, as is the lack of institutional support for the development of extramural activities. It was observed that students from private HEIs have earlier contact with Public Health disciplines. The participants' perception that training in nutrition is still based on the biological model went from "important" to "reductionist", proving the complexity of this understanding and the demand for actions that can better clarify this issue, otherwise we will train nutritionists with a vision reductionist and uncritical reflection in the face of contemporary challenges.

Keywords: education; nutritionist; public health.

Resumen: La formación de nutricionistas ha sido objeto de estudios, con el objetivo de comprender cómo el proceso de enseñanza ha respondido a las necesidades de la población, dado que el proceso de formación de los profesionales de la salud ha sido fuertemente influenciado por el modelo de formación centrado en el cuerpo enfermo. Este estudio tuvo como objetivo analizar la formación en Nutrición en Instituciones de Educación Superior (IES) del estado de Sergipe desde la perspectiva del desempeño en Salud Pública, utilizando un método cualitativo. Fueron invitados coordinadores, docentes y preceptores de prácticas de las seis instituciones activas que ofrecen formación en Nutrición en el estado de Sergipe. Se utilizó la plataforma Google Forms con un instrumento diseñado específicamente para los fines de este estudio. Para el análisis de los datos de caracterización de la muestra se utilizó el programa SPSS versión 26 y para la información subjetiva que surge de las preguntas abiertas se utilizó el análisis de contenido. En la investigación participaron nueve actores de cinco IES. El análisis indicó que la baja carga horaria disponible para las disciplinas que involucran la Salud Pública es un desafío para la formación, al igual que la falta de apoyo institucional para el desarrollo de actividades extramuros. Se observó que los estudiantes de IES privadas tienen contacto más temprano con temas de Salud Pública. La percepción de los participantes de que la capacitación en nutrición aún se basa en el modelo biológico pasó de "importante" a "reduccionista", demostrando la complejidad de esta comprensión y la demanda de acciones que puedan esclarecer mejor este tema, de lo contrario formaremos nutricionistas con una visión. Reflexión reduccionista y acrítica ante los desafíos contemporáneos.

Palabras clave: educación; nutricionista; salud pública.

1 INTRODUÇÃO

Diante do crescente número de cursos de graduação em Nutrição e de uma realidade epidemiológica desafiadora, a formação em Nutrição tem sido pauta de vários estudos, objetivando a aproximação entre as diretrizes recomendadas, o perfil profissional e a demanda populacional (Amaral, 2023). O debate parte do processo de formação profissional em saúde que sofreu forte influência do modelo de formação biomédico e assistencialista centrado no corpo doente (Braccialli; Oliveira, 2011), e que já não atende adequadamente às demandas de saúde contemporâneas, de caráter crônico e determinadas pelo estilo de vida da população (Pereira, 2019).

A má alimentação é um dos principais fatores de risco relacionados à carga global de doenças no mundo, e foi o principal fator de risco para mortes em 2017 (Bortolini *et al.*, 2020; Stanaway *et al.*, 2018). No Brasil, em 2015, a alimentação inadequada foi o fator de risco que mais contribuiu para os anos de vida perdidos, sendo superior, inclusive, ao uso de álcool, drogas, tabagismo e inatividade física (Bortolini *et al.*, 2020).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de Graduação em Nutrição direcionam a formação do nutricionista a um perfil generalista. Esse estilo de formação, segundo as DCN, qualifica o profissional para atuar na promoção, manutenção e recuperação do estado nutricional, e prevenção de doenças do indivíduo ou coletividade, levando em consideração a realidade social, além de prover conhecimentos para o exercício de competências e habilidades nos mais variados contextos (Brasil, 2001).

Dentre as áreas de atuação da nutrição, a Saúde Coletiva é a área que fomenta debates e desperta inúmeras possibilidades de inserção do nutricionista na abordagem social (Mota *et al.*, 2020). É também a área que abrange a Atenção Primária à Saúde (APS) do Sistema Único de Saúde (SUS), locus responsável por realizar todos os níveis de atenção à saúde (promoção, prevenção, manutenção e recuperação) em um só ambiente (Costa, 2021), além de coordenar o cuidado em saúde do SUS (Aguiar, 2023).

No Estado de Sergipe são ofertadas anualmente 1.000 vagas de graduação em Nutrição na modalidade presencial em cinco Instituições de Ensino Superior (IES). As vagas são disponibilizadas em uma instituição pública com dois campi e quatro, privadas (INEP, 2022). Apesar do potencial do universo amostral e da importância do processo de formação em Nutrição para a saúde da população, não há registros de pesquisa sobre a temática no estado.

Diante das distintas realidades da população e do atual perfil epidemiológico nutricional dos indivíduos, reitera-se a reflexão quanto a uma formação que, conforme o previsto pelas DCN, possa incidir de forma adequada nos diferentes contextos e níveis de atenção à saúde, conforme previsto pelo SUS e evidenciado na prática da APS. Assim, o objetivo desse estudo foi analisar a formação em Nutrição das Instituições de Ensino Superior (IES) do estado de Sergipe na perspectiva da atuação em Saúde Coletiva, por meio de método qualitativo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Formação do Nutricionista

O curso de Nutrição teve seu marco inicial no Instituto Nacional de Nutrição, em 1926, na cidade de Buenos Aires e teve como pioneiro o médico argentino, Pedro Escudeiro (Souza *et al.*, 2018). No Brasil, deu-se início na década de 40, onde tinha a Nutrição Clínica e a Alimentação Coletiva como as principais áreas de atuação (Fernandes; Pontes, 2020).

A profissão nutricionista é regulamentada pela Lei nº 8.234 de 17 de setembro de 1991, a qual define que o exercício da profissão está condicionado aos portadores de diplomas de graduação expedidos por escolas de graduação em Nutrição, devidamente registradas e reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Além disso, precisam estar regularmente inscritos no conselho da sua região de atuação para desenvolver as atividades da profissão (Brasil, 1991).

Segundo o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) as atividades dos nutricionistas podem ser realizadas em seis áreas, a saber: Alimentação Coletiva, Nutrição Clínica, Saúde Coletiva, Docência, Indústria de Alimentos, Nutrição em Esportes, e Marketing na área de Alimentação e Nutrição (Brasil, 2018). Esse leque de atuação revela a posição de destaque do nutricionista, que se difunde entre as ciências e contribui para a saúde da população, seja de forma individual ou coletiva, com base nos fundamentos éticos da profissão (Brasil, 2004).

A formação do nutricionista, assim como os demais profissionais da área da saúde, tem levantado debates sobre a efetividade do processo ensino-aprendizagem e as práticas de atuação (Aguiar; Costa, 2015). Esse debate parte do processo de formação dos profissionais de saúde, que no século XX sofreu forte influência do modelo de formação norte-americano, o modelo flexneriano. O mesmo faz referência à medicina mediada pelo indivíduo e também para o biologicismo, sua principal característica diante da formação é a ênfase nas ciências básicas, orientada para assistência individual, centrada no corpo doente. O modelo trouxe consequências para a formação em saúde, tornando-se um paradigma para explicar o processo saúde-doença (Braccialli; Oliveira, 2011).

Diante disso, as DCN para os cursos superiores de Nutrição, através do MEC, publicam as normas balizadoras quanto ao perfil esperado do profissional nutricionista, das competências e habilidades a serem desempenhadas, visando a promoção, manutenção e recuperação da saúde do indivíduo.

Essa formação superior objetiva graduar profissionais com habilidades e competências para atenção à saúde, tomada de decisão, comunicação, liderança, administração e gerenciamento e educação permanente (Brasil, 2001).

De forma semelhante a outras profissões de saúde, as DCN da Nutrição orientam a construção de projetos pedagógicos com base no modelo de desenvolvimento de competências e habilidades com ênfase na atenção à saúde a nível individual e coletivo. Nesse sentido, cabe repensar se a formação atual do nutricionista

permite o desenvolvimento dessas competências e habilidades a partir dos conteúdos e práticas de ensino presentes nos projetos pedagógicos dos cursos, incluindo a inserção dessas atividades na rede de saúde, principalmente em âmbito coletivo (Fernandes; Pontes, 2020).

Segundo as DCN, a formação do nutricionista deve garantir a realização de estágios curriculares obrigatórios, sob supervisão docente e com a participação de nutricionistas dos locais credenciados. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado é de 20% da carga horária total do curso de graduação em Nutrição, com base no parecer específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2001). É nesse momento em que o discente tem o primeiro contato prático com, pelo menos, essas três áreas de atuação profissional: Nutrição Clínica, Nutrição Social e Nutrição em Unidades de Alimentação ou Alimentação Coletiva (Brasil, 2001).

Enfatizando a Nutrição Social, também chamada de Nutrição em Saúde Coletiva, objeto desse estudo, as DCN alegam que o contato com a prática é breve, podendo comprometer o aprendizado prático. Nesta área, os locais de estágio são aqueles onde o discente pode exercer ações relacionadas às políticas públicas, prioritariamente políticas de saúde e de alimentação e Nutrição, desenvolvendo atividades relacionadas à atenção nutricional e, onde seja possível, a prática de diagnóstico nutricional, tanto individual quanto coletivo, planejamento de ações de saúde, atividades de educação em saúde e de educação alimentar e nutricional, entre outras ações que possam ocorrer dentro desse campo de práticas (Brasil, 2001).

Além da prática de atenção nutricional e à saúde, o Consenso de Habilidades e Competências do nutricionista refere que, no âmbito da Saúde Coletiva, o profissional tem competência para atuar na gestão das três esferas de governo - municipal, estadual e federal seja à frente da gestão e coordenação de programas, projetos e ações ou na gestão pública (Brasil, 2013).

Os Projeto Pedagógico de Curso (PPC), documentos norteadores de práticas e metodologias desenvolvidas no ambiente acadêmico, devem garantir a inserção dos discentes no SUS durante o seu processo de formação, buscando ampliar o conhecimento do mesmo com a Atenção Primária à Saúde, independente do estágio obrigatório (Guedes, Silva; Garcia, 2017). A Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, ganhou destaque com o seu projeto pedagógico, o qual insere os alunos na comunidade desde o início do curso (Santos *et al.*, 2005). O campus de Lagarto da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que atua por meio de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, com ênfase na Aprendizagem Baseada em Problemas também faz a inserção dos discentes nos campos de prática desde o início da graduação. A mudança curricular do PPC do curso de Nutrição da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) também conquistou a maior inserção dos alunos na rede de saúde (Das Neves; Sousa; Vasconcelos, 2014).

O estudo de Lima *et al.*, (2017) apresenta que os docentes de uma IES de Pernambuco consideram a proposta interdisciplinar importante para a formação dos alunos. Ainda na região Nordeste, Menêzes (2015) traz a área de Saúde Coletiva como destaque entre as áreas de interesse dos trabalhos de conclusão de curso, sendo mais significativos no âmbito de instituições públicas. Mesmo com o despertar da área de Saúde Coletiva, no estudo de Aguiar e Costa (2015), os autores destacam que 72,7% nutricionistas não se sentem aptos em refletir sobre a realidade econômica, política, social e cultural do território de atuação.

Diante disso, uma boa formação torna-se pré-requisito para que um profissional atue de forma efetiva, trabalhando o indivíduo de forma integral, cumprindo o seu objetivo social (Souza *et al.*, 2018). Atualmente, segundo registros do Ministério da Educação, o Brasil dispõe de 815 IES ofertando cursos presenciais de graduação em Nutrição, sendo 68 instituições públicas e 747 privadas (INEP, 2022). Segundo o CFN são 158.803 nutricionistas no Brasil, dos quais 17,7%, aproximadamente 28.109 atuam em Saúde Coletiva (Conselho Federal de Nutricionista, 2021).

Além disso, existe a oferta do curso de Nutrição na modalidade a distância em 52 IES, todas privadas, sendo 18 universidades e 34 centros universitários. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), mesmo com a democratização no acesso, o número de concluintes no ano de 2020 é extremamente inferior ao número de vagas ofertadas. Seria esse um agravamento do ensino a distância, já que esta modalidade exige do discente, autonomia, planejamento, organização e concentração (INEP, 2022; Lapa; Pretto, 2010).

Contudo, inerente à educação, encontram-se as políticas públicas que, se planejadas e executadas de maneira assertiva, visando à melhoria do sistema de educação e pautando a valorização dos docentes, consegue evitar a sua precarização (Lino, 2012).

2. 2 Nutrição em Saúde Coletiva

O termo Saúde Coletiva, utilizado a partir da década de 70, com o objetivo de criar um campo científico com abordagens metodológicas privilegiando o aspecto social (Nunes, 1996). A Saúde Coletiva, sem dúvidas, é um movimento ideológico e social que contribuiu para a consolidação do SUS. A Nutrição em Saúde Coletiva, também nessa linha de valorização do fator social, é dividida em três subáreas, Políticas e Programas, Atenção Básica e Vigilância em Saúde (Brasil, 2018).

A Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) é o documento balizador e imperativo para a formação na área. Em 2019 essa política completou 20 anos da sua primeira publicação, sendo uma importante ferramenta com o objetivo de melhorar as condições de saúde, com ênfase na alimentação e nutrição da população brasileira com destaque à organização da atenção nutricional.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é também um campo do conhecimento que merece destaque no âmbito da Nutrição e Saúde Coletiva. Embora a EAN seja transversal a todas as áreas da nutrição, concentra-se mais na Saúde

Coletiva, por ser estratégia bastante utilizada nas atividades relacionadas à educação em saúde, e apresentar um enfoque no compartilhamento de informações sobre práticas alimentares saudáveis, por meio de uma abordagem pedagógica, educativa e ativa, que está ligada principalmente à mudança comportamental (Brasil, 2012; Fernandes; Pontes, 2020).

As ações de EAN ganharam um maior destaque a partir de 2008, com o surgimento do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) (Cervato-Mancuso *et al.*, 2012). A partir dos NASF, o número de nutricionistas inseridos na APS aumentou significativamente, ampliando assim o conhecimento da população sobre o acesso, oferta e escolha dos alimentos. Pesquisas mostram que a presença do nutricionista nesse nível de atenção à saúde tende a influenciar positivamente no estilo de vida dos usuários, principalmente quando a abordagem é realizada de forma coletiva (Sousa, 2017; Amaral, 2023).

O campo da EAN está intrinsecamente ligado à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e à promoção da saúde (Brasil, 2012), que estima amplos resultados no que tange a uma vida mais saudável, considerando aspectos culturais, hábitos, costumes, bem como a sustentabilidade (dos-Santos; dos-Santos, 2021). Ao longo das últimas décadas, o Brasil tem vivido uma transição alimentar, representada pelo aumento do acesso e consumo de alimentos ultraprocessados, caracterizados por alta densidade energética, gorduras, sal e açúcares, e pobres em fibras e micronutrientes (Barros *et al.*, 2021) que afetam diretamente a SAN e o DHAA, comprometendo a saúde da população.

Diante de tantos aspectos a serem levados em consideração, pode-se inferir que o cuidado ofertado pelo nutricionista precisa ser assertivo e seguro. A partir disto, são encontrados diversos desafios em relação à atuação do nutricionista em Saúde Coletiva, desde a formação, a limitação de tempo para realizar capacitação, limitações de materiais, apoio da gestão e dificuldade com os espaços físicos. Esse último fator limitante dificulta o acesso dos usuários aos locais que ofertam serviços de cuidado do SUS (Mota *et al.*, 2020; Vieira; Matias; Queiroz, 2021).

Diante desses desafios persistentes, o Ministério da Saúde (Brasil, 2022a) publicou a 2ª versão da Matriz para Organização dos Cuidados em Alimentação e Nutrição na Atenção Primária à Saúde com a proposta de organizar de ações essenciais para os cuidados em Alimentação e Nutrição fornecendo bases que apoiem a estruturação destes cuidados. Com isso, espera-se que gradativamente esses desafios apontados dentro do campo da Saúde Coletiva, consigam ser superados através de políticas públicas e das percepções dos profissionais que trabalham na formação dos novos profissionais.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como descritiva, de caráter transversal, com coleta de dados direta, de natureza qualitativa. O universo da pesquisa compreendeu nas Instituições de Ensino Superior (IES) que dispõem de curso de graduação em Nutrição em atividade no estado de Sergipe, na modalidade presencial.

Os procedimentos de coleta de dados se deram por meio de um instrumento aplicado por ferramenta *on-line*, no *Google Forms*. Os coordenadores de curso foram convidados a participar e a enviar o convite formal aos docentes do curso responsáveis por disciplinas correlatas à formação de Nutrição em Saúde Coletiva e aos preceptores de estágio de Saúde Coletiva, para participação da pesquisa, por meio dos seus respectivos *e-mails*. A participação dos docentes e dos preceptores foi sujeita à percepção do coordenador quanto aos profissionais que atuam na Nutrição em Saúde Coletiva e, conseqüentemente, ao envio do convite da pesquisa para os mesmos.

A caracterização dos participantes foi analisada pelo *IBM SPSS Statistics 26.0*, por meio de estatística descritiva. O corpus textual com as informações qualitativas, referentes à percepção, foram analisadas a partir da proposta de análise de conteúdo de Bardin, Reto e Pinheiro (1977), realizada em três momentos: pré-análise, onde foi realizada uma leitura flutuante para maior apropriação do corpus da pesquisa; exploração do material, com definição das unidades de registro e os eixos temáticos; e, por fim, a interpretação dos conteúdos, seguindo os seguintes princípios de Bardin: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade (Bardin; Reto; Pinheiro, 1977; Mendes; Miskulin, 2017). A partir dessa perspectiva, realizou-se a leitura aprofundada do material, para estabelecimento das categorias, resultando em um corpus textual com todas as informações extraídas. A identificação das falas dos participantes foi transformada em códigos e padronizadas para o gênero feminino, visando garantir o anonimato.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal de Sergipe (CEP-UFS), com parecer nº 5.719.837/2022.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Do total de IES do estado de Sergipe que ofertam o curso de Nutrição de forma presencial ($n=6$), cinco participaram da pesquisa, correspondendo a 83,3% de adesão por parte das IES. Dos participantes ($n=9$), 4 responderam como coordenadores de curso, 4 docentes e apenas um preceptor de estágio. Destes, 4 participantes estão vinculados a IES privadas, 3 IES pública e 2 atuam em ambas.

Predominou participantes do sexo feminino (77,8%), com média de idade de 35,6 anos ($DP=\pm 8,8$). A maioria (55,6%) afirmou ter Pós-Graduação *Stricto Sensu*, destes, 44,4% vinculados à IES privada e 11,2% à IES pública, com média do tempo de formação de 13,4 anos ($DP=\pm 8,8$). O tempo de experiência na docência teve uma média de 7,6 anos ($DP=\pm 5,8$) e 77,8% tiveram experiência profissional fora da docência. O contexto histórico dos currículos dos docentes no Brasil é pautado em uma forte

formação pedagógica, limitando as experiências externas, as quais são de fundamental importância no processo ensino-aprendizagem (Ottoni *et al.*, 2022).

O universo de respondentes dessa pesquisa dependia da sensibilização dos coordenadores para convidar os docentes, e do envolvimento dos próprios docentes em responder quando devidamente convidados. Essa foi uma decisão deliberada pelas pesquisadoras já com a expectativa de compreender como essa a Nutrição em Saúde Coletiva é vista por aqueles que estão como responsáveis pelo curso. Assim, esperava-se a participação do total de coordenadores de cursos (n=7), representando o universo de instituições convidadas, e não somente os professores que ministram a disciplina de Nutrição em Saúde Coletiva, mas também aqueles com atuação complementar, compondo uma formação mais abrangente, conforme exposto no convite.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar que a pesquisa qualitativa tem como foco a contextualização do objeto da pesquisa, e não a sua quantificação (Ceron *et al.*, 2020) e representatividade, considerando que o sujeito participante carrega um contexto sócio-histórico interior, mas de uma conjuntura social exterior a ele (Minayo, 2017).

O reduzido número de docentes respondentes (n=4) e o fato de serem responsáveis por componentes curriculares muito específicos (Nutrição Social, Nutrição em Saúde Coletiva e Educação Alimentar e Nutricional), sugere que professores de componentes correlatos, que são fundamentais para a formação de Nutrição em Saúde Coletiva, ou não foram convidados, mostrando uma visão reducionista sobre essa área, ou não quiseram participar da pesquisa. Avaliação Nutricional, Epidemiologia e Psicologia são exemplos de componentes curriculares que compõem essa área, dentre tantos outros (Brasil, 2013).

Ainda que a reduzida participação não tenha ocorrido por falta de recebimento do convite, a visão reducionista foi comprovada quando os participantes foram questionados sobre as disciplinas obrigatórias e eletivas que compõem a formação do nutricionista na área de Saúde Coletiva em suas respectivas instituições. Constatou-se que 100% dos respondentes destacaram a disciplina específica de Saúde Coletiva, 77,7% Educação Alimentar e Nutricional e 66,6% Estágio Supervisionado em Nutrição em Saúde Coletiva e Epidemiologia. As disciplinas Extensionistas e Étnico-Racial foram elencadas apenas por docentes de IES privada (Tabela 1).

Ressalta-se que a curricularização da extensão é uma legislação recente e propõe ao discente uma vivência que pode contribuir para uma formação na qual atenda as demandas atuais da população (Garcia; Pesce; Munhoz, 2021).

Tabela 1 - Disciplinas obrigatórias e eletivas para formação do nutricionista

Disciplinas	n (%)
Nutrição em Saúde Coletiva/Nutrição Social	9 (100)
Educação Alimentar e Nutricional	7 (77,7)
Estágio Supervisionado em Nutrição Social; Epidemiologia	6 (66,6)
Disciplinas Extensionistas; Segurança Alimentar e Nutricional; Ética Profissional em Nutrição	2 (22,2)
Étnico-Racial; Antropologia; Políticas e Estratégia em Saúde; Práticas de Ensino à Comunidade; Dietoterapia I e II; Nutrição em Geriatria; Avaliação Nutricional; Nutrição Materno Infantil; Vigilância Alimentar e Nutricional	1 (11,1)

Fonte: elaboração própria

A partir da análise de conteúdo dos respondentes, as respostas do corpus textual emergiram em duas categorias: Desafios da docência e Desafios das políticas públicas.

Quanto ao exercício da docência, foram apresentados os seguintes desafios: “*apoio institucional e departamental*” (P1), que perpassa desde a carga horária disponível para as disciplinas de Saúde Coletiva, a um melhor engajamento nas atividades de campo e definição dos parâmetros curriculares. Há uma expressa necessidade de ampliar a Saúde Coletiva nos currículos de formação do Nutricionista. Para tanto, a proposta de atualização das novas DCN, que está em debate há anos, permitirá uma flexibilização na oferta das disciplinas. Além disso, possibilitará uma aproximação da IES com o contexto local (Brasil, 2022b; Ottoni *et al.*, 2022). Outro desafio apresentado pelos participantes é reflexo da formação dos próprios professores, sendo necessário “preparar os nossos docentes para que não se restrinjam os conteúdos e as vivências de disciplinas como Nutrição em Geriatria, Materno Infantil e Dieto I e II, apenas ao escopo da Nutrição Clínica” (C2).

No que se refere às políticas públicas, os desmontes ocorridos nos últimos anos acarretaram inúmeros desafios nesse campo. Segundo uma respondente “[...] o recente desmonte das políticas públicas voltadas para direitos sociais, apesar da perspectiva de reversão, ainda tem repercussões” no campo de atuação. Soma-se também como desafio “a falta do nutricionista na equipe mínima na estratégia de saúde da família” (C2). Esses aspectos reiteram a evidente necessidade do nutricionista na Atenção Primária à Saúde, de forma a apoiar, participar e executar as políticas e os programas voltados à alimentação e nutrição (Costa, 2021). Essas lacunas “dificultam a visualização dos efeitos positivos das políticas, o que repercute, por exemplo, em campos de estágio e de aulas práticas” (C4). Os programas e as políticas públicas cooperam para a consolidação da atuação integral do nutricionista

no âmbito da Saúde Coletiva e o conhecimento destes e de seus desdobramentos é primordial, a exemplo da PNAN, que é a orientadora do cuidado alimentar e nutricional.

Os discentes das IES privadas têm contato mais precoce com as disciplinas da área de Saúde Coletiva, embora a opinião dos respondentes pode ter sido diferente, devido à divergência de entendimento das disciplinas que compõem a formação em Saúde Coletiva. O contato precoce proporciona ao graduando práticas de ensino que possibilitam a aproximação da teoria com a prática, além disso, reflete em uma percepção crítica e reflexiva dos cenários atuais (Das Neves; Sousa; Vasconcelos, 2014; Garcia; Pesce; Munhoz, 2021).

No que se refere à avaliação da interdisciplinaridade para a formação em Saúde Coletiva, mais da metade dos participantes alegaram ser uma realidade ainda bastante limitada em suas instituições, com necessidade de expansão, sobretudo pela postura dos próprios professores, que segundo a participante C2, “ainda são muito engessados nas próprias caixas de atuação”. Os conteúdos que compõem a formação em Saúde Coletiva são organizados em diferentes componentes curriculares que compõem a matriz da graduação em nutrição, tais como antropologia, sociologia, epidemiologia, políticas públicas, avaliação nutricional e outros. “A transversalidade do conhecimento da Saúde Coletiva é vivenciada em outras áreas, em disciplinas que não somente a Saúde Coletiva”.

Quanto aos aspectos positivos da interdisciplinaridade, os projetos extensionistas, criados em decorrência da curricularização, foram destacados por estar viabilizando o envolvimento de docentes de diferentes disciplinas. No entanto, para ser interdisciplinar, é imprescindível que haja integração entre estas disciplinas e os profissionais responsáveis (Garcia; Pesce; Munhoz, 2021).

Sobre a percepção dos participantes quanto à formação biologicista, foi observada uma realidade de percepções bem mistas. Pontos positivos e negativos foram destacados pelas participantes: (D8) “não podemos mais tratar as doenças e principalmente as doenças nutricionais de forma biologicista”; (E5) “é um tipo de formação que não considera a integralidade do sujeito e, quando se considera apenas aspectos biológicos, as condutas tomadas na maioria das vezes não atendem às demandas necessárias dos usuários”. Por outro lado, uma participante (P3) destacou que considera “[...] fundamental, pois fortalece os parâmetros primordiais da ciência da Nutrição”. A simplicidade e a unicausalidade trazidas pelo modelo biologicista tornam a prática profissional bastante reducionista, diante de uma população com necessidades e realidades tão diversas, sendo, portanto, indispensável preocupar-se com o contexto biopsicossocial no qual o indivíduo está inserido (Amaral, 2023). A complexidade desse entendimento e a demanda de ações que consigam esclarecer melhor essa temática entre os docentes é fundamental, sob pena de formarmos nutricionistas com visão limitada e reflexão pouco crítica frente aos desafios contemporâneos, que contemplam temáticas cruciais, como sistemas

alimentares, segurança alimentar, consumo sustentável, direitos humanos, conflito de interesses, dentre outros.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa propiciou uma primeira análise sobre a percepção de docentes de nutrição das IES sergipanas, contribuindo com importantes reflexões sobre a formação e, conseqüentemente, sobre a atuação do nutricionista. Destaca-se o uso da pesquisa qualitativa, que favoreceu a análise em profundidade dos discursos dos participantes trazendo aspectos passíveis de transformação. Constatou que a formação em Nutrição no estado apresenta pontos reducionistas e limitados quanto à área da Saúde Coletiva. O cenário apresentado pelos participantes mostrou-se desafiador, tanto em relação às dificuldades da própria atuação docente, quanto às políticas públicas locais e do país. Esses desafios trazem reflexos para o processo ensino-aprendizado e, principalmente, para a atuação profissional. Embora devam ser resolvidos pelo poder público e/ou pelos órgãos de classe, é importante que essas demandas sejam sinalizadas e mobilizadas pelos próprios profissionais, considerando a importância dessa área para a saúde da coletividade.

Torna-se prioritário rever as práticas pedagógicas hegemônicas e fortalecer as novas perspectivas de ensino-aprendizagem. A curricularização da extensão proporciona uma formação que aproxima o saber científico do popular, capaz de promover uma transformação social. Ademais, é imprescindível monitorar os resultados das DCN de Nutrição, revisadas e recentemente publicadas (Brasil, 2025), como também apoiar as instituições para o desenvolvimento das práticas extramuros melhorando o cenário de formação dos futuros nutricionistas para atender as necessidades da população. Destaca-se a importância de estudos contínuos sobre esta temática, uma vez que é necessário acompanhar a dinâmica das gerações de estudantes e das demandas de saúde da população, além do fato de a formação destes profissionais estar se expandindo consideravelmente.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A. C. P. **Saúde e cuidado como produção de vida**: para descolonizar e corazonar a Saúde Coletiva. 2023. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/59872>. Acesso em: 28 nov. 2023.

AGUIAR, C. B.; COSTA, N. M. S. C. Formação e atuação de nutricionistas dos núcleos de apoio à saúde da família. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 28, n. 228, p. 207-216, mar./abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/tY6VNnJftnqPkRx5bF9DDtS/>. Acesso em: 30 set. 2022.

AMARAL, M. N. A Formação do profissional nutricionista como contribuição nas práticas do cuidado em saúde: uma revisão integrativa de literatura. **Revista Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 10976-10993, ago. 2023. Disponível em:

<https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/1383>. Acesso em: 16 out. 2023.

BALDO, M. V.; HADDAD, H. Ilusões: o olho mágico da percepção. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, p. 6-11, 2003. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbp/a/GCbT4KcGDPtg9W66LyPKD6M/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

BARDIN, L.; RETO, L. A.; PINHEIRO, A. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARROS, D. M. *et al.* A influência da transição alimentar e nutricional sobre o aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis. **Brazilian Journals of Development**, Curitiba, v. 7, n. 7, 2021. DOI 10.34117/bjdv7n7-579. Disponível em:

<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/33526>. Acesso em: 19 jun. 2022.

BORTOLINI, G. A. *et al.* Feeding and nutrition efforts in the context of primary healthcare in Brazil. **Revista Panamericana de Salud Publica/Pan American Journal of Public Health**, Brasília, v. 44, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2020.39>. Acesso em: 24 out. 2023.

BRACCIALI, L. A. D.; OLIVEIRA, M. A. C. Concepções de avaliação de desempenho em um currículo orientado por competência. **Revista da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo**, São Paulo, v. 45, n. 5, p. 1221-1228, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/4SbR9yYB67jKh9CCSQQWTmR/?format=pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES Nº 5, de 7 de nov.** Brasília, 2001. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2022.

BRASIL. Consenso sobre habilidades e competências do nutricionista no âmbito da saúde coletiva. **Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição**. Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 8.234, de 17 de setembro de 1991. Regula a profissão de Nutricionista e determina outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, n. 181, 18 set. 1991. Disponível em:

www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1989_1994/l8234.htm. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília, 2012. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. **Matriz para organização dos cuidados em alimentação e nutrição na atenção primária à saúde**. Brasília, 2022a. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br>. Acesso em: 24 jun. 2022.

BRASIL. Resolução CFN nº 600/2018. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições Brasília. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 fev. 2018. Disponível em: www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm. Acesso em: 19 jun. 2020.

BRASIL. Resolução CFN nº 704/2022. Aprova as contribuições do Conselho Nacional de Saúde à proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 out. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2022/resolucao-no-704.pdf/view>. Acesso em: 25 out. 2023.

BRASIL. Resolução CFN nº 334/2004. Código de ética do nutricionista e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 maio 2004. Disponível em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/resolucoes_old/Res_334_2004.htm. Acesso em: 30 set. 2022.

BRASIL. Resolução CNE/CES nº 2, de 15 de agosto de 2025. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/resolucoes-ces-2025>. Acesso em: 5 set. 2025.

CERON, I. N. *et al.* Os desafios da pesquisa social na pós-graduação. **Cadernos da Fucamp**, Santa Catarina, v. 19, n. 37, p. 80-94, 2020. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2057-Texto%20do%20Artigo-7375-1-10-20200428%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/2057-Texto%20do%20Artigo-7375-1-10-20200428%20(1).pdf). Acesso em: 24 nov. 2023.

CERVATO-MANCUSO, A. M. *et al.* A atuação do nutricionista na Atenção Básica à Saúde em um grande centro urbano. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v.17, p. 3289-3300, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001200014>. Acesso em: 29 set. 2022.

CONSELHO Federal de Nutricionista (CFN). Perfil do nutricionista, 2021. Disponível em: <https://cfn.org.br/>. Acesso em: 19 jun. 2022.

COSTA, M. S. E S. Diálogos sobre a relevância do nutricionista na atenção básica: uma revisão narrativa. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 8, p. e28668, 28 set. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.47820/recima21.v2i8.668>. Acesso em: 20 out. 2021.

DAS NEVES, J.; SOUSA, A. A.; VASCONCELOS, F. A. G. Formação em Nutrição em Saúde Coletiva na Universidade Federal de Santa Catarina: reflexões sobre o processo de ensino para fortalecer o Sistema Único de Saúde. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 27, p.761-773, nov./dez., 2014. DOI 10.1590/1415-52732014000600010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rn/a/Ns3Rp4yZ4mnmbpLqTyJyL7z/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FERNANDES, D. P.; PONTES, M. M. DE L. O ensino da educação nutricional na formação inicial de nutricionistas: uma breve revisão. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 9, n. 4, p. 20 mar. 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/2955>. Acesso em: 26 out. 2021.

GARCIA, B. R. Z.; PESCE, M. K. de; MUNHOZ, E. M. B. As práticas extensionistas na formação inicial e a autonomia docente. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 12, n. 35, p. 942-959, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/6057/4647>. Acesso em: 01 out. 2023.

GUEDES, J. V.; SILVA, A. M. F.; GARCIA, L. T. dos S. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 98, n. 250, p. 580-595, set./dez. 2017. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/3332>. Acesso em: 28 set. 2022.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2020. Sinopse Estatística da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 8 out. 2022

LAPA, A.; PRETTO, N. D. L. Educação a distância e precarização do trabalho docente. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 23, n. 84, p. 79-97, nov. 2010. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2469/2207>. Acesso em: 10 out. 2022.

LIMA, C. R. *et al.* Desafio da interdisciplinaridade na formação profissional do nutricionista: um relato de experiência. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 166-181, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/2258/1416>. Acesso em: 17 jun. 2022.

LINO, A. V. Políticas públicas e a precarização da educação pelo contrato PSS no Paraná.

Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais, Londrina, v. 1, n. 2, p. 1-24, jul-dez, 2012. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/ALLAN%20%20-%20ORIENT.%20ANGELA.pdf>. Acesso em: 09 out. 2022.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia.

Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 47, n. 165, p. 1044-1066, jul/set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/ttbmyGkhjNF3Rn8XNQ5X3mC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jan. 2023.

MENÊZES, T. B. **A formação do nutricionista para atuação no SUS:** um olhar sobre a produção científica obrigatória dos cursos do Rio Grande do Norte. 2015. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - , Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2015. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/19880/1/TaianaBritoMenezes DISSERT.pdf>. Acesso em: 02 out. 2022.

MINAYO, C. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias.

Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 5, p. 1-12, 2017. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7429265/mod_resource/content/1/amostragem%20e%20saturac%CC%A7a%CC%83o%20pesq%20qualitat%20Minayo%202017.pdf. Acesso em: 24 nov. 2023.

MOTA, J. R. da *et al.* Percepção de profissionais e usuários de unidades básicas de saúde sobre a inserção do nutricionista. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 207-223, 31 dez. 2020. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/184531/172165>. Acesso em: 19 dez. 2022.

NUNES, E. D. Saúde coletiva: revisitando a sua história e os cursos de pós-graduação.

Ciência e Saúde Coletiva, Campinas, v. 1, n. 1, p. 55-69, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/1996.v1n1/55-69/>. Acesso em: 29 set. 2022.

OTTONI, I. C. *et al.* Currículos de educação alimentar e nutricional no Brasil e Portugal: experiências, práticas e futuro. **Currículo sem fronteiras**, Portugal, v. 22, p. 1-27, 2022.

Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/140309>. Acesso em: 29 set. 2022.

PEREIRA, I. F. S. **Expectativa de vida livre de fatores de risco relacionados ao estilo de vida na população brasileira.** 2019. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/28205/1/Expectativavidalivre Pereira 2019.pdf>. Acesso em: 4 set. 2023.

SANTOS, L. A. S. *et al.* Projeto pedagógico do programa de graduação em Nutrição da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia: uma proposta em construção.

Revista de Nutrição, Campinas, v. 18, n. 1. p. 105-117, jan./fev. 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/2316/1/23512.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SANTOS, M. L. D.; SANTOS, M. L. A educação alimentar e nutricional enquanto estratégia libertadora de promoção de saúde e empoderamento social. **Jornal de Pesquisa**

Multiprofissional em Saúde, Feira de Santana, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://www.bibliotecapesquisa.com.br/acervo/965930>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SOUZA *et al.* Formação, satisfação e perspectivas profissionais de egressos nutricionistas de uma Universidade Federal Do Nordeste Brasileiro. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 5-20, 2018. DOI: 10.12957/demetra.2018.28602. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/demetra/article/view/28602>. Acesso em: 11 jun. 2022.

STANAWAY, J. D. *et al.* Global, regional, and national comparative risk assessment of 84 behavioural, environmental and occupational, and metabolic risks or clusters of risks for 195 countries and territories, 1990–2017: a systematic analysis for the Global Burden of Disease Study 2017. **The Lancet**, Estados Unidos, v. 392, n. 10159, p. 1923-1994, nov. 2018. Disponível em: <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S0140-6736%2818%2932225-6>. Acesso em: 24 out. 2023.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Marília Prudente Freire Lessa – Conceitualização, Metodologia, Curadoria dos dados, Investigação, Análise formal, Visualização, Escrita – rascunho original, Redação – revisão e edição.

Clara Cecília Ribeiro de Sá – Curadoria dos dados, Análise formal, Visualização, Validação e Redação – revisão e edição.

Andhressa Araújo Fagundes – Conceitualização, Administração do projeto, Investigação, Metodologia, Curadoria dos dados, Análise formal, Supervisão, Visualização, Validação e Redação – revisão e edição.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o artigo "Contribuições para a formação em Nutrição em Saúde Coletiva: um estudo qualitativo em Sergipe".

Disponibilidade de Dados

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão disponíveis no artigo.

Revisado por: Andhressa Araújo Fagundes

E-mail: andhressa@academico.ufs.br